

## Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação\*

Oswald Ducrot  
Marion Carel

École des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS (Paris, França)



Gostaríamos, neste artigo, de indicar certas modificações ou explicitações trazidas há uma dezena de anos à teoria da polifonia tal como ela é exposta em Ducrot (1984, cap. 8). Na primeira parte, tratar-se-á, antes de tudo, de explicitações. Mostraremos como tornamos precisa uma distinção presente desde o início da teoria, a distinção entre as atitudes do locutor frente aos enunciadores e o modo como o locutor (ou o sujeito falante) assimila os enunciadores a determinada personagem de discurso. É claro, é somente no enunciado, como ocorrência particular da frase, que o locutor põe em cena enunciadores, assimila-os, e toma posição em relação a eles. Nessa medida, uma descrição propriamente lingüística não pode dizer quais são as assimilações e atitudes manifestadas em um enunciado. Mas nós mantemos a concepção instrucional da significação segundo a qual a frase coloca exigências, limites e restrições para construir as assimilações e atitudes manifestadas em um enunciado. A segunda e a terceira partes mostrarão as modificações a serem trazidas à análise polifônica da negação se colocada no quadro atual da teoria da argumentação na língua, isto é, na teoria dos blocos semânticos (TBS), introduzida em Carel (1992). A segunda parte dirá respeito aos enunciados ditos “pressuposicionais”: eles serão tratados de um modo completamente novo, principalmente quanto ao efeito da negação sobre eles – o que conduzirá a voltar à negação “metalingüística”, e a dar-lhe uma descrição homogênea à da negação “ordinária”, já que ela aparecia um pouco até agora como um caso monstruoso. A terceira, e última parte, mostrará as complicações (esperamos que sejam enriquecimentos) que as noções de base da TBS – por exemplo, a distinção entre “argumentação interna” e “argumentação externa” e, por outro lado, entre “aspecto expresso” e “encadeamento evocado” – introduzem na descrição da negação comum.

### 1 Assimilações e atitudes

Quanto ao primeiro dos três pontos mencionados, só reafirmaremos uma posição fundamental da polifonia

lingüística, retirando-a de certas formulações enfraquecidas que podem desfigurá-la. Sabe-se que, segundo essa teoria, o locutor tem dois tipos de relação com os enunciadores que ele põe em cena em seu enunciado, e que são as origens dos pontos de vista expressos.<sup>1</sup> De um lado, ele os assimila a seres determinados, ou mais frequentemente indeterminados e caracterizados só de modo geral. A assimilação é feita, por exemplo, com um ser determinado quando se diz “eu me sinto cansado”: dá-se a si mesmo como origem do ponto de vista segundo o qual se está cansado. É ainda o caso, mas talvez menos nitidamente, quando se diz “segundo meu médico, estou cansado”. Parece também aí que o julgamento de cansaço é atribuído a alguém preciso, embora o essencial seja menos a identidade do médico do que sua função.<sup>2</sup> A assimilação é completamente indeterminada, em compensação, em enunciados como “as pessoas que pensam sabem que p”, “segundo certos filósofos, e não os menores, é preciso admitir que “p”. O enunciador de p é então assimilado às pessoas que pensam, ou a certos filósofos eminentes (que não se quer identificar). A mesma coisa em “segundo os bons estudantes, a prova era fácil” e em “parece que fará bom tempo amanhã”. Quais são os “bons estudantes”, quais são as pessoas cuja opinião autoriza o locutor a dizer “parece”? O sentido do enunciado não contém nenhuma resposta a essas perguntas.

A segunda tarefa do locutor frente aos enunciadores é a de tomar certas atitudes em relação a eles, as atitudes às quais nos restringimos atualmente sendo o assumir, a

\* Artigo publicado em PERRIN, Laurent. *Recherches Linguistiques*, n. 28 (Le sens et ses voix). Metz: Presses Universitaires de Metz, 2006, p. 215-243. Tradução: Leci Borges Barbisan – PUCRS, Porto Alegre, RS.

<sup>1</sup> Utilizamos, por enquanto, a expressão “ponto de vista” de modo muito vago. A TBS, de que trataremos mais adiante, precisa em que consistem esses pontos de vista, que são constituídos somente, a nosso ver, de encadeamentos argumentativos.

<sup>2</sup> Pensando melhor, é talvez também o caso quando a assimilação é feita ao “eu”, como no exemplo anterior “eu me sinto cansado”. O importante não é a individualidade do “eu” mas o fato de que seja “eu”, isto é, um ser distinto do locutor enquanto L, mas numa relação particular com ele.

concordância, e a oposição. Assumir um enunciador é dar como fim à enunciação impor o ponto de vista desse enunciador (mais exatamente, veremos mais adiante, o que o locutor procura impor é o ponto de vista do enunciador enquanto ponto de vista da personagem à qual o enunciador é assimilado). Dizendo “eu me sinto cansado”, dá-se a si mesmo, já dissemos, como origem à “idéia” de que se está cansado (o que não seria o caso se tivesse sido dito “meu médico me disse que estou cansado”). Além disso, descreve-se a enunciação como visando dar a conhecer ao interlocutor o cansaço que se sente (mais precisamente, o cansaço que se quer dar a conhecer é um cansaço visto pelo “eu” que o sente; não é pois exatamente o mesmo cansaço que se procura dar a conhecer em “meu médico me disse que estou cansado” e que é um cansaço visto de um ponto de vista exterior). Dar sua concordância ao enunciador, como é geralmente o caso quando o enunciador é a fonte de um pressuposto, é proibir e se proibir, no resto do discurso, contestar o ponto de vista desse enunciador (repetimos, enquanto ponto de vista da personagem à qual esse enunciador é assimilado).<sup>3</sup> Enfim, opor-se ao enunciador de um ponto de vista – como faz o locutor de um enunciado negativo em relação ao que seria dito no enunciado positivo correspondente –, é descrever a enunciação como proibindo, no discurso ulterior, assumir ou dar sua concordância a esse enunciador.

Mantendo que o locutor intervém duas vezes em relação aos enunciadores, para assimilá-los e para tomar posição em relação a eles, abre-se a possibilidade de que qualquer assimilação seja compatível com qualquer atitude. Não verificamos se existem efetivamente todas as combinações, mas parece-nos claro e importante que certas combinações, à primeira vista contraditórias, sejam de fato observáveis, principalmente quando intervém a atitude de assumir. O “bom senso” pareceria pedir que a assimilação ao locutor fosse condição necessária e suficiente do assumir. Eis por que uma única noção, “a identificação ao locutor” serviu às vezes para designar tanto o assumir quanto a assimilação ao locutor. Pensamos agora que se trata aqui de um duplo erro. A assimilação ao locutor não é condição necessária para o assumir, porque pode acontecer que o locutor assuma um enunciador ao qual ele não é assimilado. É o caso nos diferentes exemplos de “autoridade polifônica” – que se deve distinguir da “argumentação por autoridade” (DUCROT, 1984, cap. 7), por exemplo, em “parece que p”, oposto a “disseram-me que p”. Nos dois casos o enunciador de p é assimilado a outro que não o locutor. Mas isso não impede que este último, se ele utiliza a estrutura “parece”, assuma sempre o enunciador de p, e

dê por objetivo à sua enunciação impor p (com as precisões assinaladas nos parênteses do parágrafo anterior). Dizendo “parece que João virá”, declara-se que a vinda de João é um fato sobre o qual alguém pode apoiar-se e que se impede de pôr em dúvida (não se pode continuar com “mas (no entanto) não creio em nada disso”). Tem-se a mesma situação no exemplo célebre, inspirado de Port Royal, “os filósofos pensam que a terra é redonda” *na interpretação em que se trata de dizer, apoiando-se nos filósofos, que a terra é redonda*, isto é, quando o tema do enunciado é, não as opiniões filosóficas, mas a terra, e o rema é o fato de que ela é redonda. Impõe-se uma opinião reconhecendo o fato, e até mesmo insistindo nele, de que ela vem de outro.

Não somente a assimilação do enunciador ao locutor não é necessária para que haja o assumir, mas ela não basta. Ela pode ser feita sem o assumir. Dá-se um ponto de vista como sendo o seu, mas abstendo-se de sustentá-lo no discurso. É o que se vê, por exemplo, na análise de *voire* (eu até diria) feita atualmente por Massi Sharafati. Dizendo “esse filme é excelente, definitivamente o melhor do ano”, alguém atribui-se a si mesmo a apreciação “o melhor do ano”, mas de modo por assim dizer parentético, e renuncia a impô-lo ao destinatário, a quem se pede apenas que aceite a qualificação “excelente”. Essa é uma das diferenças entre “même” (até mesmo) e “voire” (eu até diria). Essa característica se encontra na auto-ironia. Diz-se freqüentemente que esta consiste em apresentar suas próprias opiniões distanciando-se delas, eventualmente atribuindo-lhe até mesmo um caráter incerto, definitivamente inverossímil. Tal descrição da auto-ironia não é contestável, mas não dispensa de formular teoricamente o autodistanciamento. Diremos que o locutor, ao mesmo tempo se assimila ao enunciador de uma certa opinião, e se recusa a assumi-la, de fazer-se propagandista dela. O que se explicitaria, mas abandonando o caráter irônico, por “essa é a minha opinião, mas ninguém é obrigado a compartilhar dela”.

Por que pareceu-nos importante distinguir nitidamente duas funções que atribuímos uma e outra ao locutor, tomar posição frente aos enunciadores e assimilá-los a determinadas personagens? É que essa distinção permite-nos precisar a seguir qual é, para nós, sua relação. A relação que estabelecemos entre essas funções não é, vimos, de natureza implicativa, e não se exprime por proposições condicionais como “se o locutor opera tal tipo de assimilação, ele deve tomar tal tipo de atitude”. Para nós, ela se deve à própria natureza do ponto de vista considerado nas atitudes. Lembra-se, talvez, que definimos as atitudes do locutor relativamente aos enunciadores (por exemplo o assumir, ou a

<sup>3</sup> Nisso consiste o que Ducrot (1972) chamava de ato de pressuposição.

concordância) fazendo intervir seus pontos de vista: assumir um enunciador E é atribuir à enunciação o papel de impor o ponto de vista de E. Isso *poderia* levar a pensar que a noção de enunciador é supérflua, e que tudo acontece entre o locutor e os pontos de vista. Se, para nós, não é nada disso, é porque o ponto de vista – imposto no assumir, ou mantido na concordância – deve ser definido levando-se em conta a identidade do enunciador, isto é, a assimilação da qual ele foi objeto. Foi o que demos a entender, sem desenvolvê-lo, nos parênteses (um pouco misteriosos, confessamos) introduzidos no parágrafo em que definíamos as atitudes. Esses parênteses precisavam a expressão “ponto de vista do enunciador” em “ponto de vista do enunciador *enquanto* ponto de vista da personagem à qual o enunciador é assimilado”. Vamos desenvolver agora essa idéia retomando os exemplos dados há pouco.

Dizendo “segundo os bons estudantes, o exame era fácil”, assume-se, dissemos, o enunciador “bons estudantes” e pretende-se impor seu ponto de vista, a saber a facilidade do exame. Mas é preciso ver que não se impõe a idéia pura e simples – que aliás não tem nenhum sentido, para nós – de que o exame era fácil. Trata-se da facilidade do exame no discurso dos “bons estudantes”. Para dizer as coisas de modo mais intuitivo, menos discursivo (e portanto, para nós, mais aproximativo), o locutor do enunciado em questão não afirma a facilidade do exame, mas sua facilidade ‘relativa’, sua facilidade ‘para os bons’. A facilidade que o locutor introduz no universo do discurso seria completamente diferente se o enunciador fosse “até mesmo para os maus estudantes, o exame era fácil”. Pode-se fazer uma análise análoga para “eu me sinto cansado”. O enunciador do cansaço é aqui assimilado a “eu” – isto é, ao locutor que a teoria clássica da polifonia chama Lambda – e aponta para o que Lambda sente. O assumir pelo locutor consiste em tentar fazer admitir a idéia de um cansaço tal como ele se manifesta para quem o experimenta. É de outro cansaço que se trata se o enunciador assumido é assimilado a um médico: “segundo meu médico, eu estou cansado”, aqui, o cansaço que o locutor visa fazer admitir é aquele que um médico pode perceber nas observações “externas” que ele faz de seu paciente.<sup>4</sup>

Vê-se para que nos serve a distinção entre a atitude, por exemplo, de assumir, e a assimilação. Trata-se para nós de construir uma noção de atitude que a distinga de uma tomada de posição frente a um conteúdo ou a uma proposição caracterizáveis em si mesmos. Os pontos de vista de que se trata quando se define a atitude são construídos em relação ao enunciador que é o objeto da

atitude. Gostaríamos que a teoria da polifonia, assim explicitada, pudesse integrar as pesquisas de Rabatel (1998) sobre os enunciados que descrevem percepções e não crenças. Quando o autor de uma narrativa de montanha escreve “o céu, acima do alpinista era de um azul incredivelmente profundo”, o locutor, aqui o narrador, assume um enunciador assimilado a um ser, o montanhista ou seu colega de escalada, que percebe um pedaço de céu. O matiz de azul que o autor indica a seu leitor é aquele que é percebido pelos enunciadores-alpinistas.

A distinção entre a atitude e a assimilação leva enfim a suprimir, em razão de ambigüidade, o conceito de identificação utilizado de modo esporádico nas versões anteriores. Ela conduz, por outro lado, a dar ao enunciador um papel indispensável que era menos claro anteriormente – o que tinha levado a Scapoline (NOLKE; FLOTTUM; NOREN, 2004) a abandonar de fato essa noção em sua exposição teórica, ou a mantê-la só por simpatia.

## 2 Teoria dos blocos semânticos e pressuposição

A segunda e a terceira partes tratarão das relações entre a polifonia lingüística e a TBS no que diz respeito à descrição da pressuposição e da negação. É-nos necessário primeiramente indicar as características da TBS que levam a modificar as descrições polifônicas não argumentativas.

O ponto fundamental é que gostaríamos de renunciar radicalmente a qualquer descrição não lingüística do significado das expressões da língua. Tomando ao pé da letra a idéia saussuriana de que o significado é parte integrante do signo, concluimos que ele não pode consistir nem em coisas (ou propriedades das coisas), nem em idéias (conceitos, representações mentais). Mais precisamente, ficamos com as fórmulas de Saussure em que o significado é visto como o “valor” do signo – o que leva a concebê-lo, já que o valor de uma entidade é um conjunto de relações entre entidades que lhe são homogêneas, como um conjunto de relações entre signos.

Para nós, as relações entre signos que estão na base de todo significado, e que são como os átomos da significação, são o que chamamos “encadeamentos argumentativos” ou ainda “argumentações”. Uma argumentação é por definição uma seqüência de dois enunciados ligados por um conector: um desses enunciados é o suporte, o antecedente, o anterior, da conexão; o outro é o aporte, o conseqüente, o posterior (não é a posição geográfica do enunciado no encadeamento que define essa função; “está chovendo” é suporte tanto em “está chovendo, no entanto vou sair” quanto em “vou sair, mesmo que chova”). Por outro lado, distinguimos dois

<sup>4</sup> Retomamos aqui as observações de Kuroda sobre o japonês que não utiliza a mesma estrutura lingüística para dizer “estou cansado” e “João está cansado”.

tipos de argumentações, as transgressivas (“vou sair, mesmo que chova”, “Pedro é gentil, no entanto não gosto dele”, ...) e as normativas (“se chover, eu vou sair”, “João é gentil, portanto eu gosto dele”, ...). Dar o significado de uma expressão é associar-lhe diferentes argumentações que são evocadas por seu emprego.<sup>5</sup> Vê-se já que essa concepção da significação tem conseqüências importantes para a descrição polifônica, no que diz respeito à natureza dos “pontos de vista” associados aos enunciadores. Não pode, é claro, tratar-se de atos ilocutórios (o que já era evidente, independentemente de qualquer teoria argumentativa, já que o enunciador não é um locutor, não fala, e não pode, portanto, realizar promessas, interrogações, etc, atos que se realizam somente pelo emprego da fala). Mas também não se trata de conteúdos interiores ao ato ilocutório sobre os quais incidiriam as forças ilocutórias, quer sejam esses “conteúdos” proposições de tipo lógico quer sejam representações psicológicas. Só pode tratar-se de encadeamentos argumentativos, isto é, de seqüência de enunciados ligados por um conector. E o enunciador só introduz esses encadeamentos no universo de discurso: ele é, em relação a esse universo, a fonte desses encadeamentos. Também não há enunciadores “metalingüísticos” que fariam um julgamento sobre outros enunciadores, dizendo, por exemplo, que um se opõe ao outro.

Um segundo ponto de que vamos ter necessidade é a diferença entre dois modos como os encadeamentos são ligados às expressões que os significam. Distinguimos, para qualquer expressão, suas argumentações externa e interna. As argumentações externas são encadeamentos dos quais a expressão é um segmento: se a expressão é aporte, fala-se de argumentação à esquerda; se a expressão é suporte, fala-se de argumentação “à direita”. Assim, encontram-se entre as argumentações externas à direita de “João foi prudente” as seqüências “João foi prudente, portanto não teve acidente” e “João foi prudente, no entanto teve um acidente”. Entre as argumentações externas à esquerda desse mesma expressão, encontra-se “João foi prevenido do perigo, portanto foi prudente” e “João não foi prevenido do perigo, no entanto foi prudente”. Ter-se-á observado que as argumentações externas são pares, em que um elemento é normativo e o outro é transgressivo. É de fato fundamental, para nós, que uma expressão, por exemplo, uma palavra ou uma frase, consideradas como entidades da língua, não possam evocar, como seu segmento anterior ou posterior, um encadeamento normativo sem evocar ao mesmo tempo o encadeamento transgressivo correspondente – e inversamente.<sup>6</sup> (É uma das razões pelas quais uma argumentação normativa é completamente diferente de uma inferência lógica ou logicóide: não se poderia apresentar, no discurso, um enunciado como suporte de um encadeamento normativo fundamentado

na sua significação sem admitir ao mesmo tempo a possibilidade do encadeamento transgressivo correspondente, porque os dois encadeamentos estão igualmente inscritos, ao menos como possibilidades, na significação da frase realizada pelo enunciado – o que impede de apresentar este último como uma justificativa que impõe uma conclusão).

As argumentações internas de uma expressão são, quanto a elas, encadeamentos que constituem equivalentes mais ou menos próximos dessa expressão, eventualmente paráfrases ou reformulações. Retomemos o exemplo “João foi prudente”. Na argumentação interna desse enunciado, encontram-se inicialmente, para nós, os encadeamentos que damos como descrição do adjetivo “prudente”. Nós os reagrupamos em diferentes conjuntos que chamamos, arbitrariamente, “aspectos”. Caracterizando-se a prudência, entre outras coisas, pelo fato de tomar precauções quando há perigo, introduziremos na argumentação interna do enunciado todos os encadeamentos normativos que têm como suporte a indicação de um perigo e como aporte a indicação de precauções. Por exemplo: “havia perigo, portanto João tomou precauções”, “havia perigo, portanto Maria tomou precauções”, “se há perigo, Pedro toma precauções”. Reagrupamos essa infinidade de encadeamentos em um aspecto que escrevemos, por convenção mnemotécnica, *perigo DC precauções* (o termo da esquerda, “perigo”, indica o suporte dos encadeamentos; o da direita, “precauções”, o aporte; e “DC”, que evoca a conjunção “donc” (portanto), indica que se trata de encadeamentos normativos). Na argumentação interna de “João foi prudente”, colocamos esse aspecto, e também outros, como *perigo DC desistir de fazer* (“quando uma ação é perigosa, desiste-se de fazê-la”), que são “expressos” pelo enunciado. Vê-se que o aspecto expresso contém argumentações que não são propriamente falando paráfrases do enunciado, já que elas diferem dele pelo sujeito gramatical (“Maria”, “Pedro”) e pelo modo verbal (assim como já foi visto, o enunciado que nos serviu de exemplo, e como já foi visto, que é “específico”, exprime um aspecto no qual encontram-se encadeamentos não específicos de uma situação...). Fomos, portanto, levados a colocar também na argumentação interna de um enunciado encadeamentos ditos “evocados”, que são dele as mais exatas paráfrases, como “a situação não era sem perigo, então João tomou diversas precauções”.

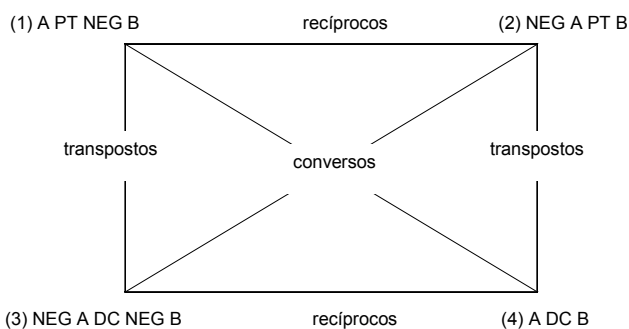
<sup>5</sup> Querendo-se dizer isso em termos psicológicos, o que não corresponde absolutamente à nossa concepção da semântica e constitui uma simples imagem, como quando Saussure atribui uma realidade mental aos paradigmas e aos sintagmas, pode-se dizer que o locutor, empregando uma expressão, procura desencadear na mente do destinatário um certo número de argumentações concebidas como encadeamentos, normativos ou transgressivos.

<sup>6</sup> Dois encadeamentos são ditos “correspondentes” quando eles se distinguem pelo conector e pela introdução de uma negação.

As distinções que assinalamos, aquelas entre argumentação interna e argumentação externa e, no interior da argumentação interna, aquela entre aspecto expresso e encadeamento evocado, não são sem consequência, já se pode ver, na descrição polifônica, por exemplo, na da negação. Nas apresentações habituais da negação, só se tratava, para descrever o enunciado negativo “não p”, de dois enunciadores ligados, um a “p”, outro à recusa de “p”. Se, como nos engaja a TBS, descrevemos a parte positiva “p” por três tipos de entidades argumentativas, se é levado a associá-la a pelo menos três enunciadores. Multiplicação que se tornou inevitável pelo fato de que os pontos de vista desses “enunciadores positivos” são, mostraremos na sequência, transformados de modo diferente pela ação, sobre eles, da negação. Do mesmo modo, os enunciadores ligados ao caráter negativo do enunciado serão, também eles, pelo menos três, cada um dos quais “responde” a um dos enunciadores positivos.

Precisaremos ainda, desde esta segunda parte, de uma classificação dos aspectos, necessária para formular as regras segundo as quais o aspecto que é o ponto de vista de um enunciador positivo se transforma para constituir o ponto de vista do enunciador negativo correspondente. Consideremos os encadeamentos transgressivos ou normativos constituídos a partir de dois predicados, o suporte A e o aporte B, combinados eventualmente com a negação. A pode ser, por exemplo, “ser uma ação perigosa” e B, “desistir de agir”. Reagrupamos esses encadeamentos em oito aspectos, eles próprios elementos de dois blocos de quatro aspectos cada um.

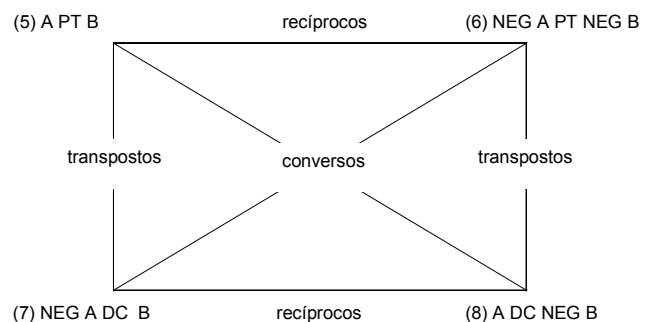
O bloco 1 comporta os aspectos *A PT NEG B* (que contém encadeamentos transgressivos do tipo “mesmo se uma ação é perigosa, ele não desiste de fazê-la”), *A DC B* (“se uma ação é perigosa, ele desiste de fazê-la”), *NEG A PT B* e *NEG A DC NEG B*. Pode-se colocar esses quatro aspectos nos quatro ângulos de um “quadrado argumentativo”, e definir entre eles as três relações formais “conversão”, “reciprocidade” e “transposição”, figuradas no seguinte esquema:



Nesse primeiro bloco, o suporte “perigo” é visto como origem do aporte “desistir”.

NB – Ter-se-á talvez notado que os quatro aspectos podem servir para descrever quatro adjetivos franceses: o aspecto 1 corresponde a “imprudente”, mesmo se uma ação é perigosa, ele não desiste; o aspecto 2, a “medroso” – mesmo se uma ação não comporta perigo, ele desiste de fazê-la; o aspecto 3, a “não medroso”, e o aspecto 4, a “prudente”. A inclusão desses quatro aspectos num mesmo bloco corresponde ao fato de que, em todos os seus encadeamentos, o suporte A, “perigo”, é percebido como orientado para B (trata-se de um perigo visto como impedindo de agir) e que o próprio termo B é percebido como fundamentado em A (trata-se de uma desistência ligada ao perigo). É o caso até mesmo quando A ou B são negados; assim no aspecto 2, o de “medroso” em que a desistência de agir tem lugar numa situação apresentada como não perigosa, essa desistência é uma desistência por causa do perigo, não uma desistência devida ao desejo de não se cansar ou de não causar sofrimento a alguém.

Com o suporte A e o aporte B, pode-se ainda definir quatro outros aspectos, segundo o esquema figurado abaixo:



Do mesmo modo que o bloco 1 é fundamentado numa maneira de ler cada predicado no outro, numa certa visão da desistência como ligada ao perigo, e do perigo como um traço dos comportamentos que leva a não realizá-los, também o bloco 2 é fundamentado sobre uma interdependência entre A e B, mas uma interdependência inversa à anterior. Assim, o aspecto 8, que descreve uma palavra como “audacioso” (“se essa ação é perigosa, então ele não desistirá de fazê-la”), percebe o perigo de que se trata nesses encadeamentos como uma razão para agir, como orientado para a ação, e a ação como prolongando o julgamento de perigo.

Caracterizamos (CAREL e DUCROT, 1999) os encadeamentos desse bloco 2 como paradoxais, com uma definição de “paradoxal” da qual não teremos de nos servir aqui. É somente a distinção entre os dois blocos que vai nos servir. Antes de abordar o detalhe das descrições, gostaríamos de indicar imediatamente, em algumas linhas, de que natureza será essa utilização, e mais geralmente como a noção de aspecto, parte essencial da TBS, intervém nas descrições polifônicas.

Dissemos que um enunciado como "João foi prudente" apresenta um enunciador cujo ponto de vista é um aspecto expresso na argumentação interna dessa frase, por exemplo, o aspecto *perigo DC desistência (A DC B)*. Esse enunciador se encontra no enunciado negativo "João não foi prudente", mas, recusado pelo locutor, ele é confrontado com outro enunciador próprio à negação e que, habitualmente, o locutor assume. Esperamos poder descrever também o ponto de vista desse último enunciador por um aspecto, mais precisamente por um aspecto cujos encadeamentos fazem intervir os mesmos predicados A e B que o ponto de vista do enunciador positivo. Bem mais, nossa ambição é de descrever as diferentes formas possíveis de negação pela relação existente entre os aspectos expressos pelos enunciadores assumidos e os expressos pelo enunciadores recusados. Chegar-se-á a esse resultado se a oposição entre as diferentes formas de negação pode ser relacionada ao fato de que os aspectos expressos pelo enunciador positivo e pelo enunciador negativo que lhe é confrontado pertencem ou não ao mesmo bloco, e, se eles pertencem ao mesmo bloco, pelo fato de que têm entre eles determinadas relações formais aparentes nos esquemas apresentados acima.

A teoria semântica que acabamos de resumir deveria assim ter conseqüências importantes no que diz respeito ao fenômeno lingüístico sobre o qual a descrição polifônica foi inicialmente tentada, a negação. Seremos levados a remodelar a descrição habitual dos enunciados negativos, o que tentaremos fazer na terceira parte deste trabalho. Mas anteriormente, nas últimas páginas da segunda parte, vamos ver uma conseqüência da TBS para a descrição de outro fenômeno, freqüentemente considerado como polifônico: a pressuposição. Encontramo-nos diante de uma decisão bem mais difícil de tomar do que a remodelagem da descrição da negação. Porque seremos levados a pôr em dúvida o fenômeno da pressuposição, ou ao menos a limitar severamente sua extensão. Só podemos de momento fazer isso sob a forma de uma hipótese da qual não queremos assumir desde agora a responsabilidade (mesmo se nos assimilamos a seu enunciador, não nos sentimos capazes de assumi-la completamente). A apresentação dessa hipótese fará aparecer de modo particularmente brutal, esperamos, o alcance da concepção da argumentação que acaba de ser resumida.

A noção de pressuposição lingüística, tal como ela aparece, por exemplo, em Ducrot (1972), serve para aproximar numerosos fenômenos à primeira vista muito diferentes. De um lado, aqueles que são ligados às "descrições definidas": o enunciado "a mulher de Pedro sofreu um acidente" pressupõe que Pedro tem uma mulher e põe o acidente do qual ela foi vítima. A pressuposição serve também para descrever as estruturas

proposicionais factitivas: "João sabe que p" pressupõe "é verdade que p" e põe que João acredita que p. Enfim, ela permite descrever as construções sintáticas que indicam a continuação ou a cessação de um estado: "Pedro continua a fumar" pressupõe que ele fumava no passado e põe que ele fuma atualmente.<sup>7</sup> A hipótese que vamos propor consiste em manter a noção de pressuposição só para o primeiro tipo de fenômeno.

A principal justificativa lingüística utilizada para dividir o sentido dos três tipos de frase em dois elementos, posto e pressuposto, é que certas transformações sintáticas modificam um e deixam o outro intacto. Assim, a negação conserva o pressuposto e inverte só o posto. A teoria da polifonia "standard" se apóia nessa análise fazendo do pressuposto e do posto os pontos de vista de dois enunciadores frente aos quais o locutor tem atitudes diferentes, a concordância e o assumir. A negação de um enunciado com pressuposto introduz, quanto a ela, dois enunciadores suplementares, um cujo ponto de vista retoma o pressuposto do enunciado positivo e ao qual o locutor dá também sua concordância, e um enunciador assumido, que tem um ponto de vista contraditório ao do posto do enunciado positivo (com uma certa hesitação sobre o sentido a dar a esse caráter contraditório – trata-se de opor-se ao posto ou de sustentar a opinião inversa?).

Diante dessa justificativa, criticou-se a análise pressuposicional censurando-a por dissociar a unidade semântica do enunciado colocando dois conteúdos independentes. Crítica que nos toca pouco tratando-se, como era o caso geralmente, de censurar a teoria da pressuposição por desconhecer a unidade do "pensamento" expressa pelos enunciados. Para nós, de fato, nada força a descrever o enunciado ao modo de Port-Royal como representação de um pensamento, e de todo modo, nada força também, do próprio ponto de vista psicológico, a atribuir a cada pensamento uma unidade interna: fundamentar a lingüística em tais lugares comuns não é certamente aumentar sua seriedade, mesmo se isso pode conferir-lhe, em certa medida, verossimilhança e popularidade. Em compensação, aceitamos, e até mesmo fazemos nossa, a crítica de desmembramento se ele significa que os conteúdos posto e pressuposto não têm de fato sentido independentemente um do outro, de modo que se altera sua natureza ao atribuir-lhes enunciadores separados.

Consideremos primeiramente o verbo factitivo "saber", cuja descrição pressuposicional habitual dá uma imagem já desconsiderada pelos críticos platônicos, crítica que mostra que o saber não se reduz a uma opinião

<sup>7</sup> A pressuposição, de modo geral, serve, como se dizia na Idade Média, e como o diz ainda a *Lógica* de Port Royal, para "expor" "as frases compostas segundo o sentido" e ditas, por isso, "exponíveis".

que se considera ser verdadeira. Se tenho uma opinião *p* que corresponde à verdade, mas que admito por razões falsas, não se dirá que eu sei *p*. Assim, se eu penso que João está em Paris, o que é verdadeiro, mas apoiando-me no fato de que encontrei Pedro em Paris e que o confundi com João, não se pode descrever minha crença como um saber. De fato, eu só “sei” *p* se minha crença que *p* se fundamenta sobre a própria verdade de *p*, se minhas razões para crer *p* são ligadas à própria verdade de *p*. Para exprimir isso na TBS, descreveremos o enunciado “João sabe que *p*” colocando em sua argumentação interna o aspecto *p é verdadeiro DC X pensa que p*, o DC (como o PT) supõe, como dissemos, que o aporte e o suporte tiram seu sentido de sua relação, no caso que se trate de uma forma particular de pensamento, o pensamento fundamentado no caráter verdadeiro da coisa pensada. Representa-se mal o sentido do enunciado “João sabe que *p*”, se ele for repartido entre dois enunciadores independentes, um com o qual o locutor concorda, e que sustenta a verdade de *p*, e o outro, que o locutor assume, e que indica a opinião de João.

Observações análogas podem ser feitas em relação aos verbos que indicam sucessões de estados. Assim, recusamos agora a descrição pressuposicional de “João continua a fumar”, que vê um pressuposto “João fumava” e um posto “João fuma”. Porque, falando da continuação de um estado, não se diz apenas que esse estado se produz ao mesmo tempo no passado e no presente, mas que sua realidade presente é uma continuação de sua realidade passada: João fuma atualmente como ele fumava antes. Mais simplesmente, trata-se de um hábito, em que o comportamento atual é visto como prolongando o comportamento anterior. Como dissemos para “saber”, descreveremos “continuar” por uma conexão normativa entre seu pretense “pressuposto” (estado passado) e seu pretense “posto” (o estado posterior) e colocaremos na argumentação interna do enunciado tomado como exemplo um aspecto *ter fumado DC fumar*. (Nossos exemplos fazem intervir conexões normativas – eles exprimem aspectos em DC. Há também no sentido de certos verbos de sucessão conexões transgressivas. Assim os enunciados feitos com “começar” exprimem, para nós, o aspecto *não ter sido PT ser*.)

Resta-nos dar conta do fato principal – que levou à descrição pressuposicional e polifônica de “saber”, “continuar”, ... Esse fato é a manutenção do conteúdo dito “pressuposto” através de transformações como a negação (sua manutenção na interrogação se deduz, para nós, do que acontece com a negação, já que consideramos a interrogação como uma forma fraca de negação). Essa manutenção, dissemos, enquanto o conteúdo posto é invertido, leva a dar-lhes um estatuto diferente e, por exemplo, a atribuir-lhes enunciadores diferentes. Para explicar o fenômeno no quadro da TBS,

e sem fazer intervir a pressuposição, devemos primeiramente antecipar um ponto que será amplamente tratado na terceira parte do artigo, o efeito da negação sobre a argumentação interna de uma expressão, isto é, sobre os aspectos expressos e os encadeamentos individuais evocados por essa expressão.

Nossa tese é que se encontram na argumentação interna da expressão negativa os encadeamentos “conversos” àqueles que constituem a argumentação interna da expressão positiva (“conversos” deve ser compreendido no sentido formal aparente nos esquemas dos quadrados argumentativos). Assim, se “João é prudente” exprime entre outros o aspecto *perigo DC desistência*, o enunciado negativo “João não é prudente” (ou “é imprudente”) exprime o aspecto *perigo PT NEG desistência* (“mesmo se há perigo, ele não desiste”).

Ter-se-á observado que os dois aspectos conversos têm o mesmo suporte, no caso “perigo”. É claro, não se trata (o que seria inteiramente contrário ao espírito da TBS) de uma noção absoluta de Perigo, entendida como independente de qualquer encadeamento argumentativo, mas do perigo tal como ele é visto nos quatro aspectos do bloco, enquanto motivando a não fazer a coisa perigosa. Mas isso não impede, muito pelo contrário, que se trate, nos dois encadeamentos, do mesmo perigo – já que, insistimos nisso, há nos quatro aspectos de um mesmo bloco, a mesma interdependência entre o suporte e o aporte. Assim, essa descrição da negação permite dar conta do que se chama a “manutenção dos pressupostos sob a negação”, sem por isso “expor” os enunciados feitos com “saber” ou “continuar” em dois conteúdos. Como foi indicado, descrevemos sua argumentação interna por encadeamentos que tomam como suporte aquilo que se chamava seu pressuposto e como aporte o que se chamava seu posto. Mas justamente, admitindo-se que o enunciado negativo tem uma argumentação interna conversa à do enunciado positivo correspondente, o enunciado negativo deverá conservar o suporte do enunciado positivo, conservação que não é mais necessário compreender como a conservação dos pressupostos.

Faremos, portanto, duas classes entre os enunciados habitualmente ditos pressuposicionais. Há aqueles (construídos com “saber”, “continuar”, etc.) em que os pretenses “posto” e “pressuposto” estão numa relação argumentativa. Para esses enunciados, renunciemos à descrição pressuposicional e à polifonia que lhe está ligada. A segunda classe agrupa os enunciados em que parece arbitrário ligar argumentativamente o “posto” e o “pressuposto” (por exemplo, se um pressuposto tinha origem em uma descrição definida, como em “o rei da França é sábio”: não se vê por que pôr sistematicamente um “donc” ou um “pourtant” entre a existência do rei de França e sua sabedoria). Nessa segunda classe,

mantemos, por enquanto, a descrição pressuposicional e polifônica usual.

Duas observações ainda sobre a redução argumentativa que acaba de ser proposta para a primeira classe de enunciados “pressuposicionais”. Separando essa classe da segunda, nós a aproximamos, por outro lado, a todos os enunciados cuja argumentação interna é descrita como uma conexão entre um suporte e um aporte.<sup>8</sup> Assim, “João continua a fumar” não é estruturalmente diferente, do ponto de vista semântico, de “João foi prudente”, cuja argumentação interna exprime o aspecto *perigo DC desistência*. Nos dois casos há um suporte (o tabagismo passado de João e a possibilidade que ele teve de adotar um comportamento perigoso) que se encontra intocado nos enunciados negativos correspondentes (“João não continua a fumar” e “João não foi prudente”). A conservação de certos elementos semânticos através da negação não caracteriza só os enunciados tradicionalmente descritos como pressuposicionais.

Um estudo mais aprofundado dessa questão não deveria se ocupar só dos enunciados específicos (“João continua a fumar”, “João foi prudente”) em que a percepção argumentativa seria feita por meio de um “*donc*” e em que a conservação do suporte sob a negação é semelhante (repetimos “semelhante”) à manutenção de uma informação factual. É preciso se ocupar também dos enunciados genéricos construídos com as mesmas palavras (“João é prudente” “continue sempre o que você começou”) em que a paráfrase argumentativa se faz preferencialmente com um “*se*” (“se João se encontra numa situação perigosa...” “se alguém começou, então deve continuar”). Aqui a conservação do suporte sob a negação não tem nem mesmo a aparência da manutenção de uma afirmação, mas somente da manutenção de uma hipótese. O que é uma complicação séria para a descrição pressuposicional, mas não para a descrição argumentativa, que admite como marca de encadeamento tanto conjunções hipotéticas como “*se*” ou “*até mesmo se*” quanto conjunções categóricas como “*donc*” (portanto) ou “*pourtant*” (no entanto).

Nossa segunda e última observação concerne os efeitos da negação dita “metalingüística”. Pode-se, sem dúvida alguma, facilmente caracterizá-la no quadro da teoria pressuposicional: diferentemente da negação comum, ela pode destruir os pressupostos, o que acontece em “ele não *continua* a fumar, ele está apenas começando” ou “João não *sabe* que p, ele o imagina”. A

negação aqui ataca os pressupostos dos enunciados positivos, “João fumava”, “p é verdadeiro”. Como essa negação metalingüística será descrita no quadro da TBS? Nossa solução é que esse tipo de negação não transforma um aspecto em seu converso, mas em seu transposto (ver para a definição dessas relações os esquemas de blocos argumentativos). Assim, “João não *continua* a fumar”, na interpretação metalingüística focalizada aqui, exprime na sua argumentação interna o aspecto *NEG ter fumado PT fumar* (aspecto que se encontra na argumentação interna do verbo “começar”). Trata-se do transposto do aspecto expresso pelo enunciado positivo (*ter fumado DC fumar*).

O correspondente, no tratamento argumentativo, daquilo que o tratamento habitual chama “destruição dos pressupostos” é que o suporte do enunciado metalingüisticamente negativo é a negação daquele do enunciado positivo: não somente temos, portanto, uma caracterização da negação metalingüística, mas damos conta da impressão “intuitiva” de que essa negação ataca alguma coisa que é respeitada na negação comum.

Notamos que nossa descrição argumentativa dos enunciados aparentemente pressuposicionais (feitos com “continuar”, por exemplo) aproxima-os de enunciados que habitualmente não são tidos como pressuposicionais (“João foi prudente”). Essa aproximação tem também o interesse de aproximar o efeito da negação metalingüística sobre os primeiros (“destruição dos pressupostos”) e sobre os segundos, em que ela parece antes de tudo servir para contestar certas implicações da escolha de uma palavra: “João não é prudente, ele é medroso”. A coexistência desses dois efeitos da negação metalingüística não foi, pelo que sabemos, explicada ainda. Ora, ela se deduz imediatamente de nossa descrição da negação metalingüística pela utilização do aspecto transposto. Do mesmo modo que o aspecto expresso pela negação metalingüística de um enunciado dito pressuposicional é, para nós, o transposto do aspecto do enunciado positivo, os aspectos expressos na argumentação interna de palavras como “prudente” e “medroso” estão, vai-se verificar isso, numa relação formal de transposição. Reconhecemos de boa vontade que a aproximação apresentada não diz respeito a todos os tipos de negação metalingüística, por exemplo, aquela que aumenta a quantidade, em vez de diminui-la (“isso não custa 100 francos, isso custa 1000”). Há aí um trabalho a ser feito, que nos parece promissor.

(É preciso fazer a propósito da negação metalingüística por transposição a mesma observação que fizemos a propósito da negação comum por conversão. Certamente há, no suporte “NEG ter fumado” dos encadeamentos ligados à negação metalingüística, um elemento (“ter fumado”) idêntico ao suporte dos encadeamentos ligados ao enunciado positivo. Mas isso não

<sup>8</sup> Há muitos enunciados cuja argumentação é muito mais complexa, aqueles, por exemplo, que são construídos por meio do que chamamos um “articulador” como “mas”, ou ainda os enunciados abditivos, “a calçada está molhada, portanto, choveu”. Este último “portanto”, para nós, só é conector na aparência (cf. CAREL, 2005).



significa que se trata de uma noção absoluta, concebível independentemente dos encadeamentos argumentativos. Como dissemos, quando apresentamos o conceito de “bloco”, todos os aspectos de um bloco estabelecem a mesma interdependência semântica entre os segmentos A e B do suporte e do aporte, que esses segmentos sejam ou não acompanhados de uma negação. É, pois, bem o mesmo “ter fumado” que aparece no suporte dos aspectos associados ao enunciado positivo e à sua negação metalingüística, mas esse “ter fumado”, nos dois casos, deve ser compreendido como a origem possível, presente ou ausente, de um “fumar agora”).

### 3 A negação

Gostaríamos agora de abordar diretamente o tratamento da negação, e mostrar as conseqüências, para esse tratamento, de uma perspectiva que combina a descrição polifônica e a concepção argumentativa da significação desenvolvida pela TBS. Para fazer isso, poremos em contraste nosso tratamento atual com os principais tipos de descrição da negação que encontramos, e dos quais vamos fazer um rápido inventário. Vamos confrontá-los a propósito do mesmo exemplo, o enunciado negativo p', “João não foi prudente”.

Num primeiro grupo, colocaremos algumas concepções não polifônicas: elas não procuram encontrar no enunciado negativo, nem o enunciado positivo correspondente, nem mesmo uma reminiscência ou um eco dele, mas o descrevem como uma entidade autônoma. Tal é, por exemplo, a escolha da Lógica de Port Royal, que tomaremos como representativa da lógica “tradicional”, aquela que precede Boole e Frege. O enunciado negativo p' opera uma “disjunção” entre o sujeito “João” e o predicado “ter sido prudente”, disjunção paralela à conjunção que o enunciado positivo p opera, “João foi prudente”, sem que nenhum dos dois faça alusão ao outro. Principalmente, para Port Royal, a negação não separa uma junção feita anteriormente; ela se aplica diretamente aos termos, sem supor uma relação anterior entre eles (não se trata de desfazer um nó já feito).

Há a mesma ausência de polifonia na concepção fregeana que utiliza um operador de negação, transformando um conteúdo proposicional em outro que tem condições de verdade opostas. Quanto ao enunciado negativo, ele é visto como a afirmação desse novo conteúdo, enquanto o enunciado positivo afirma o conteúdo primitivo. Se se insiste em ver, apesar de tudo, em Frege, uma espécie de presença do positivo no negativo, isso está somente no fato de que o conteúdo do enunciado p' é construído com o de p (mas o enunciado p' não faz alusão ao *enunciado* p). Essa presença parece desaparecer, em compensação, completamente da negação vista pela teoria dos atos de fala: para Austin,

como para Searle, p e p' têm exatamente o mesmo conteúdo e só se distinguem pela força ilocutória que lhe é aplicada, asserção ou recusa. Dito isso, uma certa forma de polifonia aparece também nos filósofos de Oxford, mas em outro nível, o das condições de realização. A realização de um ato de recusa implica, para ser “feliz”, a realização anterior de um ato de afirmação ao qual ele se opõe, o inverso não sendo verdadeiro. Vê-se que é bem difícil manter esse paralelismo puro entre afirmação e negação, tornado possível na Lógica de Port Royal pelas noções de conjunção e de disjunção.

Essa dificuldade foi tematizada e explicitada pela concepção polifônica da negação, apresentada, por exemplo, em Ducrot (1981). Segundo essa concepção, pode-se dizer que p' faz de certo modo alusão a p,<sup>9</sup> no sentido de que p' apresenta o mesmo enunciador positivo E que p; simplesmente esse primeiro enunciador é, em p', recusado pelo locutor L e confrontado a um segundo enunciador E', cujo ponto de vista é incompatível com o de E, e que, nos casos simples, é assumido por L. O que justifica, lingüisticamente, fazer coexistir E e E' em p' é, antes de tudo, a observação das anáforas. Depois de ter enunciado p', pode-se referir tanto ao ponto de vista positivo quanto ao negativo. Assim, depois de ter dito “João não foi prudente”, pode-se encadear ora “no entanto ele tinha me prometido *isso* (ser prudente)”, ora “e eu o censurei por *isso* (por não ter sido prudente)”. Todas as formas da teoria da polifonia tiveram de levar em conta esse fato, até mesmo se elas não utilizam, para dar conta disso, a mesma representação dos pontos de vista de E e de E'. A tarefa era bastante fácil quando os polifonistas, ainda não argumentativistas, não se proibiam o recurso às noções lógicas. Podiam apoiar-se em Frege e escolher como ponto de vista de E o conteúdo proposicional afirmado, segundo Frege, em “João foi prudente”; como ponto de vista de E', tomar-se-ia o conteúdo proposicional contraditório, afirmado em p'. Essa solução é evidentemente incompatível com a recusa “argumentativista” de utilizar a noção lógica de contradição fundamentada nas condições de verdade e de falsidade.

A Teoria da Argumentação na Língua conduziu, portanto, a uma segunda descrição polifônica, em que se atribuía ao enunciador negativo E' uma espécie de conteúdo metalingüístico “é preciso se opor a E”. Com essa concepção, infelizmente, aproxima-se perigosamente o enunciador E' de um locutor, único suscetível de tomar posição em relação a enunciadores, e mais

<sup>9</sup> A alusão de p' a p é mais forte na negação “metalingüística”, que é atribuída a um locutor anterior de p. Falaremos aqui só da negação “comum”, dita polêmica, em que a oposição diz respeito a um enunciador.

geralmente de ter atitudes metalingüísticas. De outro lado, e sobretudo, essa concepção não permite compreender as anáforas que se referem aos elementos negativos de *p'*. Quando se diz “João não foi prudente e eu o critiquei por *isso*”, a crítica de que se fala não tem por objeto o ponto de vista “E está errado”: não se critica João pelo fato de que E esteja errado, critica-se João pelo fato de ter sido imprudente. É, portanto, essa imprudência que é preciso colocar no ponto de vista do enunciador negativo E', e isso sem voltar à idéia de conteúdo proposicional negativo.

Um avanço foi feito nesse sentido pela teoria dos topoi (DUCROT, 1988). Essa teoria leva a descrever uma palavra pelos discursos conclusivos dos quais ela pode ser a origem, mais precisamente pelos topoi que são as garantias desses discursos. Admitindo-se que haja um topos ligando Prudência e Segurança, que é constitutivo do sentido da palavra *prudente*, colocar-se-á na descrição de *p* (“João foi prudente”) um enunciador E que exprime a forma tópica “quanto mais se é prudente, menos se corre o risco de um acidente”, que se supõe fundamentar o discurso “João foi prudente, portanto não teve acidente”. Quanto a *p'* (“João não foi prudente”), colocar-se-á, além do enunciador E, um enunciador negativo E' cujo ponto de vista é constituído pela segunda forma tópica do mesmo topos, a saber, “quanto menos se é prudente, mais se corre o risco de um acidente”, forma tópica suposta fundamentar o discurso “João não foi prudente, portanto ele teve (correu o risco de ter) um acidente”.

Uma das críticas feitas pela TBS a essa descrição é que, se ela pode a rigor dar conta das argumentações externas de *p* e de *p'*, ela não diz nada de suas argumentações internas. Ela não explicita o modo de ser, atribuído a João, quando ele é declarado prudente, modo de ser que a TBS, lembra-se disso, desenvolve pelo aspecto discursivo *perigo DC desistir*. Vão objetar-nos, sem dúvida, que esse aspecto é somente uma “variante terminológica” de uma forma tópica “quanto mais um ato é perigoso, mais se é levado a desistir dele”. Alguns considerarão, portanto, a TBS como uma reformulação da teoria dos topoi. Basta admitir que há, no sentido das expressões, além dos topoi e formas tópicas que comandam os encadeamentos externos, topoi e formas tópicas que descrevem as palavras interiormente. Colocar-se-á, portanto, a forma tópica “quanto mais um comportamento é perigoso, mais se é levado a desistir dele” na significação do adjetivo “prudente” e do enunciado *p*.

Mas a consideração da negação impede justamente essa solução. Se ela fosse admitida, de fato, seria necessário descrever *p'* (“João não foi prudente”) por outra forma tópica (“quanto menos um ato é perigoso, menos se é levado a desistir dele”). Até mesmo reconhecendo,

com a sabedoria das nações, que essa forma tópica constitui um princípio racional, não é certamente isso o que *p'* diz. Pensamos, quanto a nós, descrever melhor esse enunciado (e, ao mesmo tempo, o adjetivo “imprudente”) colocando aí os discursos transgressivos contidos no aspecto *perigo PT NEG desistir*, que é o converso do aspecto *perigo DC desistir* que constitui a argumentação interna de *p*. Ora, a construção do aspecto converso é, já o dissemos, o próprio da negação comum (no que diz respeito à argumentação interna). Quanto à forma tópica “*quanto menos se é prudente, menos se corre o risco de acidentes*”, utilizada pela teoria dos topoi para descrever os discursos “João não foi prudente, portanto...”, fazemos corresponder-lhe o aspecto *NEG prudente DC NEG segurança*, que é, em nossa terminologia, o recíproco do aspecto *prudente DC segurança* com o qual descrevemos a argumentação externa de *p*: será suficiente, para nós, colocar assim uma regra que diz que os aspectos expressos na argumentação externa de um enunciado negativo são recíprocos daqueles expressos na argumentação externa do enunciado positivo correspondente (enquanto aqueles expressos nas argumentações internas são conversos um do outro). Vê-se que nossa descrição geral da negação utiliza diferentes traços da TBS: a distinção entre os dois modos, externo e interno, cujas argumentações são ligadas às entidades lingüísticas, o reconhecimento de dois tipos de argumentação, em DC e em PT, as diferentes relações formais que existem entre os aspectos de um mesmo bloco, conversão, transposição, reciprocidade (essas relações correspondem aos diferentes modos pelos quais os aspectos expressos pela enunciação negativa são ligados aos das enunciações positivas).

Resta-nos reunir os diferentes pontos apresentados acima, e tentar com isso uma descrição detalhada de *p'*, “João não foi prudente”, em um quadro combinando polifonia e TBS. Se deixamos essa tentativa para o fim do artigo, é porque somos incapazes de evitar complicações formais que a tornarão particularmente desencorajadora (e além disso, consideramos só um tipo de negação, a negação “comum”, ou “polêmica”, deixando de lado a “metalingüística”).

Nossa exposição será, desde o início, complicada pela necessidade de introduzir agora as distinções, negligenciadas até aqui, entre frase e enunciado, cujos valores semânticos são, reciprocamente, a “significação” e o “sentido”. Começaremos falando da frase positiva P. Essa frase abstrata, elemento da língua, não pode, nela mesma, ser polifônica, porque ela não poderia comportar locutor, nem, portanto, enunciador: a polifonia só se manifesta em enunciações. Tudo o que faz P é dar, em sua significação, indicações que permitem, e até exigem, que se construa para os enunciados de P, um sentido que, este sim, é de natureza polifônica: P conterà

principalmente a matéria-prima utilizada para estabelecer os pontos de vista desses enunciadores constitutivos do sentido dos enunciados.

Na significação de P, introduziremos diversos encadeamentos e aspectos, que classificaremos segundo as distinções apresentadas acima. Na argumentação externa à direita, haverá os dois aspectos conversos *prudência DC segurança* e *prudência PT NEG segurança*, bem como certos encadeamentos em que esses aspectos são particularizados – particularizados, por exemplo, a *João* assim como ao tempo passado (“João foi prudente, portanto...” e “João foi prudente, no entanto...”). Na argumentação externa à esquerda, haverá igualmente dois aspectos, que são transpostos um do outro (*ser prevenido DC ser prudente* e *NEG ser prevenido PT ser prudente*), e encadeamentos que particularizam esses aspectos (“João tinha sido prevenido, portanto ...” e “João não tinha sido prevenido, no entanto...”). Além de sua argumentação externa, P, para nós, tem uma argumentação interna. Nesta, e é a diferença fundamental com a argumentação externa, os aspectos não são obrigatoriamente de duplas: pode haver um aspecto, sem que haja principalmente nem seu converso, nem seu transposto. Mas isso não impede que possam haver vários aspectos na argumentação interna da mesma frase. Assim, a prudência deve ser descrita, não somente com o aspecto que nos serviu de exemplo até aqui *perigo DC desistir*, mas também com *perigo DC precaução*, e com outros, sem dúvida. Para simplificar, vamos introduzir na significação de P apenas o primeiro desses aspectos. A esses aspectos, é preciso juntar como fizemos para a argumentação externa, certos encadeamentos que os particularizam, e principalmente que fazem alusão a *João* e ao passado.

(Assinalamos entre parênteses que há uma dificuldade – só podemos assinalá-la – em admitir na frase encadeamentos particulares contendo a palavra *João*, que só designa alguém no contexto dos enunciados em que ele aparece. Vemos aí pelo menos duas saídas. Ou reservar para a descrição do enunciado as particularizações que comportam nomes próprios, ou admitir, é nessa direção que vamos, que um enunciado que emprega tais palavras não comporta em seu sentido – tendo em vista nossa concepção de sentido – alusão a um indivíduo: ele se contenta em evocar um encadeamento em que se encontra o nome desse indivíduo.

Após essa descrição sucinta da frase positiva P, é preciso ver agora como se constrói com ela o sentido de um enunciado negativo, e principalmente como são postos em cena os diferentes enunciadores ligados à negação. A concepção polifônica postula que o enunciado negativo faz ao menos alusão a um enunciador do enunciado positivo correspondente. Temos, portanto, de descrever primeiramente o *enunciado* positivo p “João

foi prudente”. (Evitamos ter de descrever a frase negativa P’: derivamos diretamente o sentido do enunciado negativo do sentido do enunciado positivo. Talvez seja somente por preguiça ou economia. De todo modo, isso não implica que a negação não pertença à língua porque é na língua que são especificadas as regras que ligam o sentido do enunciado negativo ao do enunciado positivo.)

O enunciado positivo p põe em cena ao menos três enunciadores. E1 exprime um dos dois aspectos conversos da argumentação externa à direita de P e evoca o encadeamento que o particulariza. O que significa que no nível do enunciado, faz-se uma escolha no interior da dupla de conversos que constitui a argumentação externa à direita da frase. Decide-se ou continuar com um “donc” (portanto) (João foi prudente, portanto não teve acidente”), ou continuar com “pourtant” (no entanto) converso. No que concerne E2, relativo à argumentação externa à esquerda, deve-se repetir, quanto ao essencial, o que foi dito para E1 e a argumentação externa à direita. A única mudança se deve ao fato de que a escolha operada no nível do enunciado vai ser feita entre transpostos, e não entre conversos.

Para dar conta da argumentação interna do enunciado p, deveremos introduzir ainda E3 que exprime o aspecto e evoca o encadeamento presente do ponto de vista interno na frase P. (Se tivéssemos conservado vários aspectos na argumentação interna da frase P – o que, para simplificar, não fizemos – seria necessário introduzir no enunciado p enunciadores para cada um desses aspectos. Isso mostra bem a diferença entre a argumentação interna e a argumentação externa. Aos diferentes aspectos da argumentação interna da frase corresponde, no enunciado, o mesmo número de enunciadores. Em compensação, uma escolha é feita, no nível do enunciado, no interior da argumentação externa da frase: só é mantido um dos dois aspectos conversos da argumentação externa à direita e um dos dois aspectos transpostos da argumentação externa à esquerda.)

A partir dessa descrição do enunciado afirmativo p, pode-se agora estabelecer a do enunciado negativo p’. Encontrar-se-á aí, de um lado, todos os enunciadores presentes no enunciado p, e de outro, os enunciadores negativos cujos pontos de vista resultem de transformações dos pontos de vista dos enunciadores positivos. Só falaremos dos enunciadores negativos. Um enunciador E’1 tem por ponto de vista o aspecto e os encadeamentos recíprocos daqueles que são o ponto de vista do enunciador positivo E1 (por exemplo, “João não foi prudente, portanto correu o risco de um acidente”). É a mesma coisa para E’2, cujo ponto de vista é recíproco do de E2: se E2 tem como por ponto de vista “João não foi prevenido, no entanto foi prudente”, será atribuído a E’2 “João foi prevenido, no entanto não foi prudente”. Notar

que esse ponto de vista de E'2 aparece freqüentemente no discurso sob a forma abreviada “eu o tinha prevenido”, que subentende habitualmente a continuação “no entanto ele não foi prudente” (ou, mais geralmente, “no entanto ele não fez o que era necessário”). Esse subentendido é ainda mais freqüente se o enunciado está na segunda pessoa (“eu tinha te prevenido”).

Resta-nos agora tratar do ponto de vista de E'3 que, no caso da negação polêmica, é o transformado por conversão do ponto de vista de E3. Assim, E'3 pode exprimir o aspecto *perigo PT NEG desistir* e evocar encadeamentos que pertencem a esse aspecto e, portanto, conversos, também eles, dos encadeamentos evocados por E3. (Assinalamos na parte anterior que, para a negação “metalingüística”, há transposição e não conversão).

A essa lista (mínima) dos enunciadores do enunciado negativo, é preciso acrescentar a indicação das atitudes, em relação a eles, do locutor do enunciado negativo. Dizemos habitualmente que ele recusa os enunciadores positivos E1, E2 e E3 e que ele assume os enunciadores negativos E'1, E'2 e E'3, ou ao menos lhes dá sua concordância. Um trabalho inteiro, fundamentado no estudo de exemplos, seria necessário para afinar essa caracterização, porque L pode ter atitudes diferentes quanto, por exemplo, aos enunciadores negativos E'1 e E'2, ou ainda, falando de modo “mundano”, não “lingüístico”, frente às conseqüências e frente às razões da imprudência de João. Sem dúvida, seria, aliás, necessário acrescentar às três atitudes habituais uma atitude de abstenção, uma recusa de tomar posição, que o locutor poderia adotar, ao mesmo tempo frente a certos enunciadores positivos e a certos enunciadores negativos.

No decorrer da apresentação de nossa descrição, assinalamos pesquisas que devem ser feitas para torná-la menos rígida e levar em conta as numerosas nuances da negação (até mesmo limitando-se à negação polêmica). Pesquisas que consistem sempre em confrontar a

descrição com textos. De fato, esse apelo ao trabalho com textos nos parece estar no próprio espírito da semântica polifônica. Esta, insistiremos nisso para concluir, impõe, ainda mais do que qualquer outra forma de semântica, que se olhem as utilizações reais das frases, que se confronte a língua ao discurso. De fato, os próprios conceitos de que se serve a polifonia, enunciador, locutor, atitude, encenação, não podem ter nenhuma realidade na língua mas apenas na transformação da língua em discurso – até mesmo se essa transformação é guiada pela língua. Dá-se, aliás, o mesmo numa semântica argumentativa se, como faz a TBS, entende-se por “argumentação” um certo tipo de encadeamento discursivo. Afirmamos de fato que tais argumentações constituem a significação das entidades da língua. A determinação das significações lingüísticas só é, portanto, possível pela consideração sistemática do discurso: é no discurso que estão situados os encadeamentos argumentativos que a língua reúne nas suas significações.

## Referências

- CAREL, Marion. *Vers une formalisation de la théorie de l'argumentation dans la langue*. 1992. Tese (Doutorado) – École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris.
- \_\_\_\_\_. Note sur l'abduction. *Travaux de Linguistique*, n. 49, p. 95-113, 2005.
- CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. Les propriétés linguistiques du paradoxe. *Langue Française*, n. 123, p. 6-26, 1999.
- DUCROT, Oswald. *Dire et ne pas dire*. Paris: Hermann, 1972.
- \_\_\_\_\_. *Le dire et le dit*. Paris: Minuit, 1984.
- \_\_\_\_\_. Topoi et formes topiques. *Bulletin d'Études de Linguistique Française*, n. 22, p. 1-14, 1988. [Retomado na coletânea organizada por ANSCOMBRE, Jean-Claude. *Théorie des topoi*. Paris: Kimé, 1995. p. 85-89.]
- HENNING, N.; FLOTTUM, K.; NOREN, C. *La ScaPoLine*. Paris: Kimé, 2004.
- RABATEL, Alain. *La construction textuelle du point de vue*. Paris: Delachaux et Niestlé, 1998.